

Editorial

Infância, Adolescência e Juventude: áreas interdisciplinares em construção?

O lugar da interdisciplinaridade na produção do conhecimento científico das sociedades atuais parece cada vez mais evocado e sentido como necessário (FRODEMAN; KLEIN; PACHECO, 2010; KLEIN, 1990). No entanto, a “virada interdisciplinar”, ainda que propalada, não conseguiu efetuar mudanças estruturais sobre as práticas disciplinares que hegemonicamente modelam os processos de construção e transmissão dos saberes científicos. Como exemplo para tal reflexão, tomemos o(s) campo(s) da infância, adolescência e juventude, temas que balizam os esforços editoriais de publicação científica da revista DESIDADES. A política editorial dessa revista a apresenta como uma revista de “abordagem multidisciplinar”, o que se entende como acolhendo artigos de diversas áreas disciplinares que tenham a infância, a adolescência ou a juventude como temáticas de investigação. Com efeito, em levantamento feito até 2024 sobre as áreas disciplinares dos trabalhos publicados na revista (tendo como critério a formação disciplinar de seus autores), a revista contava com artigos provenientes de mais de vinte áreas, dentre elas, Educação, Psicologia, Sociologia, Enfermagem, Serviço Social, Educação Física, Medicina. A questão, no entanto, é: em que medida, e como, tal abordagem multidisciplinar caminha para a construção de um conhecimento interdisciplinar, ou tão somente, favorece a colaboração mais próxima de várias disciplinas em torno da mesma temática?

Em um editorial da revista *Childhood*, há mais de dez anos, Leena Alanen (2012) discute como o campo da infância – talvez muito mais do que os de suas “epistemes primas”, como o da adolescência e da juventude – tem investido na colaboração próxima de diversas disciplinas. Há mais de duas décadas o campo da infância tem buscado a interlocução de pesquisadores/as de várias áreas disciplinares, atestando para a insuficiência de uma única perspectiva disciplinar sobre as questões em pauta. Iniciativas de fomento ao diálogo e comunicação entre pesquisadores de diversas áreas disciplinares, em projetos de pesquisa, publicações e formação, tem sido impulsionadas, e têm mitigado as rígidas fronteiras disciplinares em favor de compreensões mais abrangentes. Idealmente, como defende Thorne (2007), a infância deveria se tornar um campo interdisciplinar. No entanto, frequentemente, o caminho, mais fácil e imediato tem sido aquele das “abordagens multidisciplinares”, que podem gerar, segundo Alanen, tendências positivas no sentido de se romper o isolamento disciplinar dos pesquisadores que constatam a limitação das visões restritas às suas disciplinas. Todavia, a interdisciplinaridade exige muito mais do que isso (TURNER, 2000): almeja-se, outrossim, uma mudança epistemológica na direção de novos conhecimentos transversais às disciplinas, ou até, contra- ou anti-disciplinares, que problematizem a realidade de forma diferente e produzam novos sentidos e compreensões sobre ela (KLEIN, 1996).

Em muitos países do Sul Global, como o Brasil, mudanças na geração do conhecimento científico, como aquelas desejadas pela interdisciplinaridade requerem mais do que colaboração mútua de pesquisadores interessados e atentos, mas, sobretudo, investimentos, recursos e políticas estatais visando a fomentar a produção de conhecimentos inovadores para as demandas sociais. Pires (2025), em recente artigo na revista DESIDADES, discute, por exemplo, como as instituições de fomento à pesquisa permanecem inercialmente no registro estritamente disciplinar para a avaliação de projetos de pesquisa, o que dificulta, ou mesmo, impede que projetos interdisciplinares na área das Ciências Humanas, e da infância, consigam financiamento. Deste modo, a interdisciplinaridade coloca-se apenas como mais um modismo intelectual que, neste canto do mundo, não produz a discussão, a problematização e a reestruturação necessárias dos setores que se ocupam de fomentar e financiar as atividades científicas no Brasil.

Mas, mais ainda... A pergunta a fazer é como os campos interdisciplinares da infância, adolescência e juventude podem incorporar pesquisas vigorosas, inovadoras e densas para responder adequadamente aos problemas sociais, quando as formações dos futuros pesquisadores permanecem estritamente disciplinares, e raramente atravessam as diferentes disciplinas, tanto na graduação como na pós-graduação. Aqui me refiro particularmente ao Brasil em que a institucionalização da discussão interdisciplinar na(s) área(s) da infância, adolescência e juventude, com vistas à formação, é quase inexistente. Diferentemente de outros países em que a formação no nível de pós-graduação nessa(s) área(s) conseguiu se estabelecer como campo multi- ou interdisciplinar, não temos ainda um único programa de pós-graduação, stricto sensu, que responda a essa demanda.¹ Assim, a perspectiva interdisciplinar carece de uma “infraestrutura”, não apenas de políticas de fomento à pesquisa, mas de reestruturações no modo de funcionamento administrativo-acadêmico das próprias Universidades no tocante à transmissão do conhecimento científico. Ainda que muitas vezes os planos de desenvolvimento institucional das Universidades públicas propalem a interdisciplinaridade, as mudanças, para de fato ocorrerem, exigem que se enfrentem as difíceis disputas na redistribuição de recursos humanos e materiais que ocorrerão, na medida em que outros modos de funcionamento sejam propostos e consolidados, alterando relações de poder e privilégio existentes entre unidades, departamentos, centros e assim por diante.

Neste sentido, muitos são os obstáculos e dificuldades para se avançar no diálogo interdisciplinar, quanto mais na provisão de conhecimento científico de caráter mais abrangente e inovador. Na sua edição 31^a, a DESIDADES promoveu uma Seção Temática sobre Interdisciplinaridade dentre os pesquisadores do NIAJ, Núcleo de Estudos da Infância, Adolescência e Juventude da UFRJ. Foi uma tentativa de trazer à discussão

1 Alguns poucos exemplos do investimento na formação no nível de pós-graduação são: Norwegian Centre of Child Studies, vinculado à Universidade de Trondheim, Noruega, desde 1982; Centre for the Study of Child and Youth, vinculado à Universidade de Sheffield, UK, desde 2011; School of Child and Youth Care, University of Victoria, Canadá, desde 2003; Observatoire Jeunes et Société, vinculado à Universidade de Québec, desde 1998; Tampere Centre for Child Health Research, vinculado à Universidade de Tampere, Finlândia, desde 2011; Child and Youth Research Institute, University of Turku, Finlândia, 2015; Centro de Investigações de Estudos da Criança, Universidade do Minho, Portugal, desde 2011; Department of Child Studies, University of Rutgers, USA, desde 2002. Na América Latina, o único centro nesta área encontra-se na Colômbia, o Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud, vinculado à Universidade de Manizales, desde 2011.

temáticas deste(s) campo(s) que demandam uma visada multi-, ou até, idealmente, interdisciplinar. Por exemplo, no artigo de Cunha e Corsino (2021), os dois autores, um pesquisador na área da medicina, e outra, pesquisadora na área da educação, tentam articular uma visada multidisciplinar sobre os “primeiros mil dias da criança” em que tanto o conhecimento da medicina, como o da educação, são essenciais para se formular políticas mais eficazes de cuidado à primeira infância. Ao longo da discussão travada o que se pode constatar é que a própria noção de *criança/infância*, como conceito científico, se transforma: ela deixa de ser encarada apenas na sua inscrição biológica – que pede atenção à nutrição adequada, por exemplo- para se tornar uma “pessoa” (Winnicott, 1982), um sujeito humano que, para além de nutrição adequada, tem, de modo prioritário, necessidades como escuta, cuidados, reciprocidade e calor afetivo para poder ser o que ela é. Neste sentido, o que se coloca é que, somente pelo difícil diálogo interdisciplinar, noções científicas mais apuradas podem ser produzidas. No caso, a noção de “bebê”, ou a noção de “criança até os dois anos”, ao inicialmente poderem ser discutidas no âmbito de abordagens multi-disciplinares, precisam ainda emergir como um novo conceito que problematize regimes de verdades disciplinares. Somente assim se pode alcançar uma formulação teórica mais complexa e abrangente que dê conta, de forma mais adequada, das respostas societárias ao que pedem “o bebê”, ou, “a criança de até dois anos”.

Portanto, os desafios da interdisciplinaridade estão colocados para o(s) campo(s) da infância, adolescência e juventude. Pesquisar, formar pesquisadores e profissionais, e atuar nos campos aplicados destas áreas, não podem mais se omitir, ou se evadir, da convocação de abertura, diálogo e construção de novas compreensões teóricas que podem superar a super especialização científica de suporte disciplinar que pode facilmente se distanciar dos propósitos emancipatórios que o conhecimento científico deve ter.

Lucia Rabello de Castro

Editora Chefe

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALANEN, L. Editorial. Disciplinarity, interdisciplinarity and childhood studies. **Childhood**, vol. 19, n. 4, p. 419-422, 2012.
- CUNHA, A. J. L.; CORSINO, P. As crianças e seus mil dias: articulações entre saúde e educação. **DESIDADES**, n. 31, p. 89-106, 2021.
- FRODEMAN, R.; KLEIN, J.; PACHECO, R. **The Oxford Handbook of Interdisciplinarity**. UK: Oxford University Press, 2010.
- KLEIN, J. T. **Interdisciplinarity: History, Theory and Practice**. Detroit, Michigan: Wayne State Press, 1990.
- _____. **Crossing Boundaries: Knowledge, Disciplinaries, and Interdisciplinaries**. Charlottesville; London: University Press of Virginia, 1996.
- PIRES, F. F. Algo de novo: pesquisa e formação na área da infância, adolescência e juventude. **DESIDADES**, n. 41, p. 17-29, 2025.
- THORNE, B. Editorial: Crafting the interdisciplinary field of childhood studies. **Childhood**, vol. 19, n. 1, p. 147-152, 2007.
- TURNER, S. What are disciplines? And how interdisciplinarity is different? Em: WEINGART, P.; STEHR, N. (Eds.). **Practising Interdisciplinarity**. Toronto: University of Toronto Press, 2000. p. 46-65.
- WINNICOTT, D. W. O bebê como pessoa. Em: WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.